

Pesquisa do CNJ vai mapear inovação nos tribunais brasileiros

Uma pesquisa lançada pelo Conselho Nacional de Justiça vai mapear o cenário de inovação nos tribunais e identificar a visão e a experiência desses órgãos sobre a maturidade do tema na Justiça. Esse levantamento também vai subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Inovação, instrumento que visa a implementar a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário.

CNJ



Pesquisa do CNJ vai servir como base para o Plano Nacional de Inovação CNJ

O diagnóstico será feito a partir das respostas coletadas em dois questionários, que tratam das competências analíticas, operacionais e políticas que impactam o potencial de inovação nos órgãos judiciários. Além disso, serão feitas, em momento oportuno, entrevistas com gestores de tribunais selecionados.

O [primeiro questionário](#) é direcionado a servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras, e magistrados e magistradas do Poder Judiciário, e avalia temas como a percepção dos profissionais em relação à inovação, a participação em iniciativas e projetos inovadores e a realização de cursos na área. Já o [segundo](#) é direcionado a profissionais que atuam ou já atuaram em laboratórios de inovação, com o objetivo de compreender a atuação dessas unidades e mapear suas contribuições para a capacidade da instituição de inovar.

Os laboratórios de inovação integram a estrutura de tribunais e voltam-se à construção de soluções que gerem impactos positivos na prestação do serviço a cargos dos órgãos do Poder Judiciário. De acordo com levantamento do CNJ, em dezembro de 2021 existiam 76 laboratórios de inovação em 66 dos 90 tribunais.

Termômetro da inovação

Para Lívia Peres, juíza auxiliar da Presidência do CNJ e integrante do Comitê Gestor Nacional da Inovação no Poder Judiciário, essa pesquisa será o termômetro da inovação no Poder Judiciário.

"É indispensável compreender como a inovação está presente no cotidiano dos órgãos judiciários e como



vem sendo concebida e trabalhada por seu corpo funcional. Precisamos medir para traçar as estratégias de valorização e fortalecimento da política judiciária da inovação, a qual tem por elemento central a pessoa humana", explica ela. "A participação de todas e todos é fundamental para enriquecer a percepção sobre o tema, diagnosticar o estágio da inovação nos diferentes segmentos da Justiça e impulsionar o Plano Nacional de Inovação do Judiciário."

A pesquisa foi desenvolvida pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no âmbito do [Programa Justiça 4.0](#), e com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (URFN). Para o professor Hironobu Sano, coordenador da pesquisa na universidade, a compreensão de como o Poder Judiciário vem lidando com a temática da inovação permitirá identificar práticas atuais, resultados alcançados e potencialidades. Também poderá indicar fragilidades e barreiras que demandam atenção e podem ser mitigadas. "É uma oportunidade de dar visibilidade e valorizar as boas práticas dos tribunais e contribuir para o aprimoramento dos serviços judiciários à sociedade."

Inovação no Judiciário

De acordo com a Meta Nacional 9, aprovada no 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, os tribunais têm o compromisso de estimular a inovação em 2023, implantando um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030. Essa meta alinha-se com a [Política de Gestão da Inovação no Poder Judiciário](#), instituída em 2021, que estabelece os princípios da gestão de inovação e orienta a difusão da cultura de inovação nos órgãos judiciários, bem como cria oficialmente a [Rede de Inovação do Poder Judiciário \(RenovaJud\)](#).

A inovação no Judiciário tem sido especialmente fomentada pelo CNJ desde 2018, quando aderiu à Agenda 2030 e promoveu sua institucionalização no âmbito do Poder Judiciário.

"É nosso dever fazer da inovação uma política permanente no Judiciário e, por isso, a inovação é uma das metas já definidas pelo CNJ para os próximos anos", afirma a conselheira Salise Sanchotene. "A RenovaJud crescerá pelo engajamento de novos agentes da inovação nos laboratórios da rede e, assim, potencializará a criatividade no âmbito do Poder Judiciário e a expansão da centralidade do ser humano nos processos criativos do *design thinking*." *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Autores: Redação ConJur